



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

Aos 19 dias do mês de setembro de 2017, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 123/XIII/2.^a, relativa à reunião de 13 de setembro de 2017

2. Apreciação e votação do parecer na generalidade relativo ao Projeto de Lei n.º 582/XIII/2.^a (PCP) – Estabelece um sistema de preços máximos para o gás de garrafa e o gás canalizado

– Relator: Deputado António Topa (PSD)

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 267/XII/1.^a (PCP) – “Em defesa da requalificação do transporte ferroviário na Linha do Oeste como fator de desenvolvimento regional” e 329/XIII/1.^a (PS) – “Recomenda ao Governo que proceda a reabilitação da linha do Oeste”

4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 626/XIII/2.^a (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que requalifique e modernize a Linha do Vouga, ligando-a à Linha do Norte (em Espinho) e incluindo-a no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020”, 776/XIII/2.^a (PCP) – “Plano de Requalificação e Modernização da Linha do Vale do Vouga” e 634/XIII/2.^a (PSD) – “Recomenda ao Governo que inclua a requalificação e modernização da Linha do Vouga, que passa pela eletrificação e pelo alargamento da bitola existente, interligando-a com a Linha do Norte, no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020.”

5. Fixação de prazo para entrega de propostas de alteração às Propostas de Lei n.ºs 83/XIII/2.^a (GOV) – Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas, 84/XIII/2.^a (GOV) – Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas, e 85/XIII/2.^a (GOV) – Aprova o regime de conversão de créditos em capital



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

6. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 123/XIII/2.^a, relativa à reunião de 13 de setembro de 2017

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 123/XIII/2.^a, relativa à reunião da Comissão de 13 de setembro de 2017, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

Antes de se entrar no ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) solicitou a palavra para uma interpelação à Mesa, para afirmar a sua surpresa pela inclusão no ordem do dia de dois pontos de discussão de projetos de resolução, quando, na semana anterior, ele tinha solicitado que o Projeto de Resolução n.º 264/XIII/2.^a, apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, sobre a requalificação da linha ferroviária do Oeste, fosse incluído nesta ordem do dia, para ser votado em simultâneo com o do CDS-PP que estava agendado para o Plenário, tendo-lhe sido informado pela assessora da Comissão que, desse modo, a discussão em Comissão iria ocorrer no dia anterior às votações regimentais e não conseguia garantir que a sua votação fosse incluída no guião de votações. O mesmo pretendia em relação ao seu projeto de resolução sobre a linha do Vouga. Expressou vontade de que os projetos de resolução apresentados pelo BE que estavam agendados por arrastamento para o Plenário do dia seguinte fossem discutidos em conjunto com os que constam desta ordem do dia.

Esclareceu o Senhor Presidente que esses dois pontos da ordem do dia surgiram porque, após o agendamento por arrastamento do BE dos seus projetos de resolução, os outros grupos parlamentares solicitaram a discussão das respetivas iniciativas em Comissão, por já ter sido ultrapassado o prazo para pedir o agendamento por arrastamento. Concluiu, afirmando que, havendo consenso, dever-se-ia discutir todos



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

os projetos de resolução em Comissão, havendo também consenso para inclusão de todos no guião de votações do dia seguinte.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) informou que o CDS-PP dava consenso à proposta do Deputado Heitor de Sousa, pois entendia que fazia sentido discutir todos os projetos de resolução sobre a mesma matéria em conjunto.

Usou também da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para lembrar que se os projetos de resolução do BE forem discutidos em Comissão, teria de haver também consenso para os retirar do agendamento do Plenário. Considerou que as discussões sobre matérias como as destas iniciativas deviam ser feitas noutra altura, num contexto diferente daquele que o país vivia nesse momento. Quanto ao PCP, solicitou o agendamento porque a sua preocupação era que os projetos de resolução sobre o mesmo assunto fossem votados ao mesmo tempo.

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) concordou com a inclusão dos projetos de resolução no agendamento da Comissão e informou que o seu grupo parlamentar não teve iniciativa no agendamento, apenas acompanhou os restantes.

Por sua vez, o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) referiu que a situação de discutir estas iniciativas em alturas similares não era nova e os partidos aproveitavam para sublinhar as suas convicções para as diversas regiões, cabendo a cada grupo parlamentar fazer o debate da forma mais limpa possível.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para reiterar que tinha sido o primeiro a solicitar o agendamento em Comissão e que apenas tinha solicitado o agendamento por arrastamento em Plenário porque a assessora da Comissão o ter informado de que não havia garantias de que as iniciativas fossem incluídas no guião de votações do dia seguinte, dada a proximidade entre a discussão e a votação, mas que, em seu entender, os projetos de resolução deveriam ser discutidos todos em conjunto, na Comissão. Quanto à oportunidade política da sua discussão, estes projetos de resolução, para terem efeito prático, têm de ser considerados para o Orçamento de Estado do próximo ano, que tem de ser



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

apresentado à Assembleia da República até 15 de outubro, por isso é o momento para sinalizar ao Governo estas matérias.

O Senhor Presidente encerrou a discussão, reiterando que a discussão dos projetos de resolução apenas surgiu nesta ordem do dia porque os outros grupos parlamentares já não tinham podido solicitar o agendamento por arrastamento dentro do prazo, e referir que, tendo havido consenso para incluir os projetos de resolução do BE nesta discussão e para incluir todas as iniciativas no guião de votações, cabia ao BE solicitar a retirada dos seus projetos de resolução do agendamento do Plenário, dar o consenso para que os outros sejam incluídos no guião de votações e que ele próprio, Presidente da Comissão, falaria também com a Mesa da Assembleia da República no mesmo sentido do consenso havido.

2. Apreciação e votação do parecer na generalidade relativo ao Projeto de Lei n.º 582/XIII/2.^a (PCP) – Estabelece um sistema de preços máximos para o gás de garrafa e o gás canalizado

– Relator: Deputado António Topa (PSD)

De seguida, do Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado António Topa (PSD), que apresentou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 582/XIII/2.^a (PCP), de forma circunstanciada.

Usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS), para cumprimentar o relator.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 267/XII/1.^a (PCP) – “Em defesa da requalificação do transporte ferroviário na Linha do Oeste como fator de desenvolvimento regional” e 329/XIII/1.^a (PS) – “Recomenda ao Governo que proceda a reabilitação da linha do Oeste”



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

Na sequência da interpelação à mesa efetuada pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), foram aditados a este ponto da ordem do dia, para a discussão conjunta, os Projetos de Resolução n.ºs 264/XIII/1.^a (BE) – “Pela requalificação integral da Linha Ferroviária do Oeste e sua inclusão no plano de investimentos ferroviários 2016-2020” e 878/XIII/3.^a (CDS/PP) – “Recomenda ao Governo que proceda com urgência ao lançamento do concurso para obras na Linha do Oeste e, entretanto, substitua o material circulante degradado atualmente em circulação”.

Antes do início da discussão dos quatro projetos de resolução em apreciação, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), em diálogo com o Senhor Presidente da Comissão e o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), sugeriu que o debate se iniciasse com a primeira iniciativa apresentada, gerando-se consenso.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 264/XIII/1.^a (BE) - Pela requalificação integral da Linha Ferroviária do Oeste e sua inclusão no plano de investimentos ferroviários 2016-2020

Defendeu que o Governo fosse alertado, tal como foi na discussão do OE/2016, para o erro no Plano Ferrovia 2020, que o Governo ainda não alterou, por só considerar a alteração da Linha ferroviária do Oeste até às Caldas da Rainha, transformando-a em linha suburbana da região de Lisboa.

Afirmou que o Governo deverá emendar o erro estratégico repondo a renovação de toda a linha até Coimbra, recuperando o projeto existente na REFER desde 2009, e explicou constrangimentos existentes entre as Caldas da Rainha e Leiria, em linha única e as suas consequências negativas para a gestão da linha.

Defendeu a possibilidade de cruzamento de comboios, com correção de traçados e duplicação da linha.

Considerou inaceitável o serviço da Linha do Oeste, referindo a iniciativa, em 17 de Setembro, de todas as forças autárquicas de fazer este percurso de Coimbra até Lisboa no único comboio diário.

Concluiu recomendando ao Governo que “O projeto de investimento, de modernização e de requalificação da Linha do Oeste permita, no final da sua realização, a criação de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

uma alternativa ferroviária de qualidade para a acessibilidade ao litoral Oeste, até Coimbra/Figueira da Foz, que permita a circulação de comboios rápidos de passageiros, intercidades e um transporte regular diversificado entre todos os concelhos, bem como a circulação de composições ferroviárias de mercadorias ao longo de toda a linha.”.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 267/XIII/1.^a - Em defesa da requalificação do transporte ferroviário na Linha do Oeste como fator de desenvolvimento regional.

Recordou tratar-se de luta antiga pela defesa da Linha do Oeste, elogiando a persistência das populações e de organizações de trabalhadores ferroviários e outras, e dos autarcas, que tem salvado a Linha do Oeste do encerramento que esteve previsto pelo anterior Governo.

Notou a falta de investimento e abandono desde há mais de 20 anos e a importância da recuperação da Linha do Oeste para as populações abrangidas, para a economia e a região, e a própria CP.

Recordou que o PCP tem, ao longo dos anos, defendido a importância da Linha do Oeste para o futuro, detalhando aspetos da melhoria da oferta, que tem gerado aumento da procura.

Em conclusão, propôs:

- “1. A consideração de toda a Linha do Oeste para os respetivos projetos de modernização, envolvendo os troços a Sul e a Norte das Caldas da Rainha, no quadro da elaboração do Plano Ferroviário Nacional, bem como da reanálise do Plano Estratégico de Investimentos em Infraestruturas em Ferrovia – 2020.
2. A preparação para a substituição futura do material circulante, com a adoção da tração elétrica.
3. A reabertura de estações com pessoal ferroviário que possa dar a devida assistência aos passageiros, garantindo melhor qualidade e segurança aos passageiros no serviço de transporte.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

4. A instalação de todas as estações e apeadeiros com um sistema de informação eletrónica de horários e eventuais alterações de serviço.”, e assinalou a situação atual de gravidade e emergência com a supressão de comboios por falta de pessoal da CP.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) interveio relativamente ao Projeto de Resolução n.º 329/XIII/1.^a (PS) - Recomenda ao Governo que proceda a reabilitação da linha do Oeste, afirmando que a Linha do Oeste necessita de intervenções urgentes.

Considerou que o que está previsto até às Caldas da Rainha é insuficiente, recordando a ultrapassagem do projeto do anterior Governo, que prejudicava a Linha do Oeste, e referindo os investimentos previstos pelo Governo, e que há necessidade de ligação à linha do Norte, nomeadamente em caso de interrupção da linha Lisboa Porto, com as cheias do Ribatejo.

Salientou que o Governo anunciou um concurso a ser aberto até 2018 para modernização da linha até às Caldas da Rainha e que já foi pedido parecer à Agência de Ambiente.

Notou o aumento da procura que perspetiva uma melhoria económica da linha.

Em conclusão, defendeu a verificação da melhoria da Linha do Oeste prevista no Plano Ferrovia 2020 e a orçamentação para a ligação à linha do Norte.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS/PP) interveio relativamente ao Projeto de Resolução n.º 878/XIII/3.^a (CDS/PP) – “Recomenda ao Governo que proceda com urgência ao lançamento do concurso para obras na Linha do Oeste e, entretanto, substitua o material circulante degradado atualmente em circulação.” enquadrando a renovação da Linha do Oeste no Plano Estratégico de Investimentos Ferrovia – 2020, que considerou vital, mas que apesar de prevista para Janeiro, ainda não se verificou.

Considerou que a situação é muito difícil, detalhando várias dificuldades reconhecidas em moção aprovada por unanimidade na Assembleia Intermunicipal do Oeste, em Maio 2017, com o apoio do CDS/PP, que explicou.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

Defendeu a renovação do material circulante, já muito gasto, situação agravada com a deslocação da composição 592 para a linha do Douro.

Disse esperar uma aprovação unânime dos vários projetos apresentados para reforço da posição adotada.

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) interveio afirmando que também a Linha do Oeste se trata de projeto importante para o PSD.

Recordou o Memorando da Troika assinado pelo Governo José Sócrates, que originou um estudo, feito à revelia da REFER, prevendo grande supressão de 794 km de linhas férreas em todo o país, nomeadamente entre Louriçal e Torres Vedras, na Linha do Oeste.

Referiu-se à previsão de financiamento previsto no Plano Ferrovia 2020 sem que tenha havido qualquer execução e assinalou a deslocalização da composição 592 para a linha do Douro.

Concluiu esperar que venha a verificar-se o investimento na renovação da Linha do Oeste.

O Senhor Presidente da Comissão assinalou o largo consenso havido nesta discussão.

4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 626/XIII/2.^a (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que requalifique e modernize a Linha do Vouga, ligando-a à Linha do Norte (em Espinho) e incluindo-a no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020”, 776/XIII/2.^a (PCP) – “Plano de Requalificação e Modernização da Linha do Vale do Vouga” e 634/XIII/2.^a (PSD) – “Recomenda ao Governo que inclua a requalificação e modernização da Linha do Vouga, que passa pela eletrificação e pelo alargamento da bitola existente, interligando-a com a Linha do Norte, no Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020.”



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

Na sequência da interpelação à mesa efetuada pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), foi aditado a este ponto da ordem do dia, para a discussão conjunta, o Projeto de Resolução n.º 786/XIII/2. (BE) – “Pela requalificação da Linha do Vouga e sua inclusão no plano nacional de investimentos em ferrovia”

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) começou por apresentar o PJR n.º 626/XIII/2.^a (CDS-PP), referindo que o que se discutia era muito relevante do ponto de vista da mobilidade numa região do país que acrescentava muito ao PIB, com uma população superior a 200 000 habitantes. Defendeu que esta região devia ser dotada das infraestruturas de mobilidade, tendo comparado o investimento nesta área a norte do Porto com o investimento na região do Douro e Vouga. Considerou que a linha em causa era estruturante, com um potencial enorme, e lembrou que esteve com a mesma “sentença de morte” que a linha do Oeste, decretada em 2011, que se tinha conseguido inverter. Defendeu a requalificação da linha do Vouga e a sua ligação à linha do Norte, tendo realçado os benefícios que isso traria do ponto de vista da qualidade de vida dos cidadãos bem como as vantagens ambientais, o que tornava este investimento amplamente justificável e urgente.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) reiterou a questão do agendamento destas matérias, tendo defendido que a Assembleia da República poderia dar um contributo melhor para a defesa desta causa se tivesse conseguido prever este agendamento em momento que não coincidissem com a campanha eleitoral para as eleições autárquicas. Apresentou, de seguida, o PJR n.º 776/XIII/2.^a (PCP), afirmando que o mesmo vinha na linha de intervenção que o seu partido tem feito ao longo de muitos anos na defesa e requalificação desta linha ferroviária. Concordando com a importância desta linha para a população da região, já referida pelo orador anterior, afirmou ainda que nesta região, pelas características do território, a ferrovia oferecia condições de acessibilidade que a rodovia não conseguia oferecer, sendo a solução para muitas pessoas que não tinham carro e ficavam sem alternativa. Prosseguiu, referindo que, apesar de se tratar de uma ligação ferroviária histórica, com identidade própria, a mesma representa uma utilização do dia-a-dia para as pessoas da região e que tal deve merecer a necessária atenção por parte da Infraestruturas de Portugal, para responder às necessidades diárias da população. Concluiu, dando



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

conta do texto resolutivo e afirmando que o PCP não tinha como certa a necessidade de alteração de bitola na linha do Vouga, tal como defende o PSD, porque entende que é uma característica própria, devendo retomar-se um conjunto de linhas históricas em bitola métrica que foram desativadas.

Pelo Senhor Deputado António Topa (PSD) foi apresentado o PJR n.º 634/XIII/2.* (PSD), reiterando a importância desta linha, em toda a sua extensão, para a mobilidade da região. Afirmou que a grande justificação para a defesa da bitola alargada tinha a ver com a velocidade que o comboio passava a atingir e com a possibilidade de esta linha ser ligada à linha do Norte, pois quem atualmente se dirigia, por exemplo, de Santa Maria da Feira para o Porto, tinha de desembarcar no fim da linha do Vouga, sair do comboio, andar cerca de 200 metros e apanhar outro comboio na linha do Norte. Defendeu também que a linha tinha viabilidade técnica, económica e financeira e que a sua reabilitação era importante. Concluiu, lembrando que todos os partidos tinham defendido esta linha em 2011, quando pretenderam desativá-la, e considerou inexplicável que não estivesse incluída no Plano de Investimentos em infraestruturas – Ferrovia 2020, tendo referido os municípios abrangidos por esta linha e a sua contribuição para a economia do país bem como a sua importância para os milhares de trabalhadores que podia servir.

De seguida, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o PJR n.º 786/XIII/2.^a (BE), fazendo referência ao consenso alargado sobre a introdução deste projeto no Plano de Investimentos em infraestruturas – Ferrovia 2020 e que quanto mais depressa a Assembleia da República sinalizasse a importância deste projeto mais depressa o Governo teria argumentos adicionais para o incluir aí. Referiu também que esta linha tinha tido, em 2016, uma procura anual de 300 000 passageiros e realçou a sua importância económica, que justificava os projetos de qualificação e investimento estrutural. Lembrou que a Autoridade Metropolitana do Porto tinha encomendado um estudo em 2015, que propunha a requalificação da linha e recomendava a sua alteração para bitola larga, para que pudesse ser incluída na linha do Norte. Referiu também o problema do material circulante para a bitola métrica, não adequado a ferrovia pesada e mais adequado a utilização turística. Afirmou que do ponto de vista estratégico havia uma razão forte para o investimento na



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

transformação para a bitola larga: estava prevista a quadruplicação da linha entre Porto e Aveiro, o que permitia que o futuro comboio da linha do Vouga se inscrevesse na linha do Norte, indo diretamente até ao Porto. Concluiu, lembrando a ligação histórica da ferrovia ao papel importantíssimo de desenvolvimento dos territórios.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) lembrou que o Governo anterior, depois de incluir no plano estratégico de transportes a desativação desta linha, teve 4 anos para resolver a situação desta linha. Referiu que estava orçamentado um valor para a modernização desta linha e que o Governo já tinha sinalizado a possibilidade de uma eventual reavaliação no Plano investimentos em infraestruturas - Ferrovia 2020 ou no pós-2020. Para tal, afirmou, era necessário perceber qual era a evolução da procura daquela linha e o impacto da sua utilização em vez da alternativa rodoviária, bem como a possibilidade de inclusão da linha do Vouga na linha do Norte, a partir de Espinho. Concluiu, referindo o aproveitamento turístico da linha e reiterando a necessidade de analisar se a intervenção nesta linha se faria neste quadro comunitário ou no pós-2020.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS), para afirmar que, sendo verdade que a desativação desta linha estava prevista no memorando de entendimento assinado com a Troika, era necessário lembrar o clima político que se tinha vivido na legislatura em que esse memorando foi assinado, em que o PSD e o CDS-PP exigiam o fim das obras públicas em curso.

5. Fixação de prazo para entrega de propostas de alteração às Propostas de Lei n.ºs 83/XIII/2.^a (GOV) – Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas, 84/XIII/2.^a (GOV) – Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas, e 85/XIII/2.^a (GOV) – Aprova o regime de conversão de créditos em capital

O Senhor Presidente lembrou que o Governo tinha solicitado que a tramitação destas iniciativas se processasse com alguma celeridade, tendo sido fixado o dia 16 de outubro como data-limite para apresentação de propostas de alteração a estas propostas de lei.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

6. Outros assuntos

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) referiu um pedido de audiência do Presidente da Ordem dos Arquitectos, o qual, ao que parece, terá sido dirigido a todos os grupos parlamentares, e questionou se não tinha sido enviado também para a Comissão, para que houvesse alguma articulação na concessão da audiência.

Usaram da palavra, a este propósito, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para informar que o PCP tinha disponibilidade para o agendamento desta audiência no âmbito da Comissão, lembrar que havia outros pedidos de audiência sobre a mesma matéria, e propor que essas audiências sejam concedidas de forma programada e integrada, tendo em vista a preparação do trabalho legislativo na especialidade que está pendente na Comissão; e o Senhor Presidente, para confirmar a existência deste e outros pedidos de audiência e informar que os mesmos iriam ser enviados aos Coordenadores dos Grupos Parlamentares na Comissão, para terem conhecimento de todos.

O Senhor Presidente referiu ainda um pedido da Comissão ECON para reunir com a CEIOP em novembro, em formato Mesa e Coordenadores, e informou que quando fosse conhecido o calendário de discussão e votação do Orçamento do Estado para 2018 agendaria esta reunião em data e hora possível.

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de setembro de 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 124/XIII/ 3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
Bruno Dias
Carlos Pereira
Emídio Guerreiro
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Mota Soares
António Topa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Eusébio
Cristóvão Norte
Fátima Ramos
Heloísa Apolónia
Hugo Pires
Luís Campos Ferreira
Luís Moreira Testa
Pedro Coimbra
Ricardo Bexiga

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Luís Leite Ramos
Paulino Ascensão